

9.2 EMPREITADA DE "REPAVIMENTAÇÃO DA AV. PADRE JÚLIO FRAGATA" - PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO – CONCURSO PÚBLICO Nº CPE.16.20.DMOSM:

Da **DMOSM**, submetendo proposta de ratificação da decisão do Sr. Presidente da Câmara, tomada em 21/07/2020, de aprovação do procedimento e de todas as propostas constantes da proposta de abertura do procedimento, nos termos da informação técnica que vai em anexo.

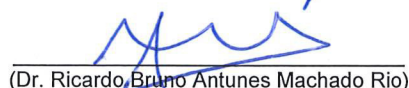
*A' Sr. Presidente
Ao Sr. Presidente
para despacho
Cm
29/07/2020*

DELIBERAÇÃO:**Remeta-se ao Sr. Presidente.**

A diretora da DMOSM,


(Eng.ª Alzira Torres)2020/07/20**Despacho:***Aprovado
do Excmo. Sr. Presidente*

O Presidente,


(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)2020/07/21órgão competente para a decisão de contratar: **CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA****PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO:****CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.16.20.DMOSM****Contratação: Empreitada de "REPAVIMENTAÇÃO DA AV. PADRE JÚLIO FRAGATA".**

Vocabulário CPV: 45233222-1 Pavimentação de estradas	Prazo máximo de execução: 90 DIAS	Preço Base: €787.344,14
---	--	--

Entidade adjudicante: artigo 2.º, n.º 1, alínea c), do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Escolha do procedimento: artigo 19.º, n.º 1, alínea b), do CCP.

Decisão de contratar e autorização da despesa: artigo 36.º e artigo 38.º, ambos do CCP;

Tramitação Procedimental: artigos 130.º a 148.º, todos do CCP.

FUNDAMENTAÇÃO PARA A NECESSIDADE DA OBRA:

A Avenida Padre Júlio Fragata, sita da Freguesia de S. Vitor, via urbana com mais intensidade de tráfego médio diário anual do concelho, enquadra-se de acordo com a sua caracterização funcional, como via distribuidoras principal, representando a classe que tem como função principal fazer a ligação das vias coletoras às redes locais ou, em eixos estruturantes, a ligação entre espaços de importância média, servindo as necessidades de acessibilidade das atividades urbanas que se desenvolvem nos espaços adjacentes.

Esta via urbana, foi dimensionada e gerida de modo a garantir bons níveis de segurança e razoáveis níveis de fluidez e rapidez dos fluxos motorizados através da adoção soluções geométricas que evitem problemas de congestionamento e que permita a circulação às velocidades adequadas.

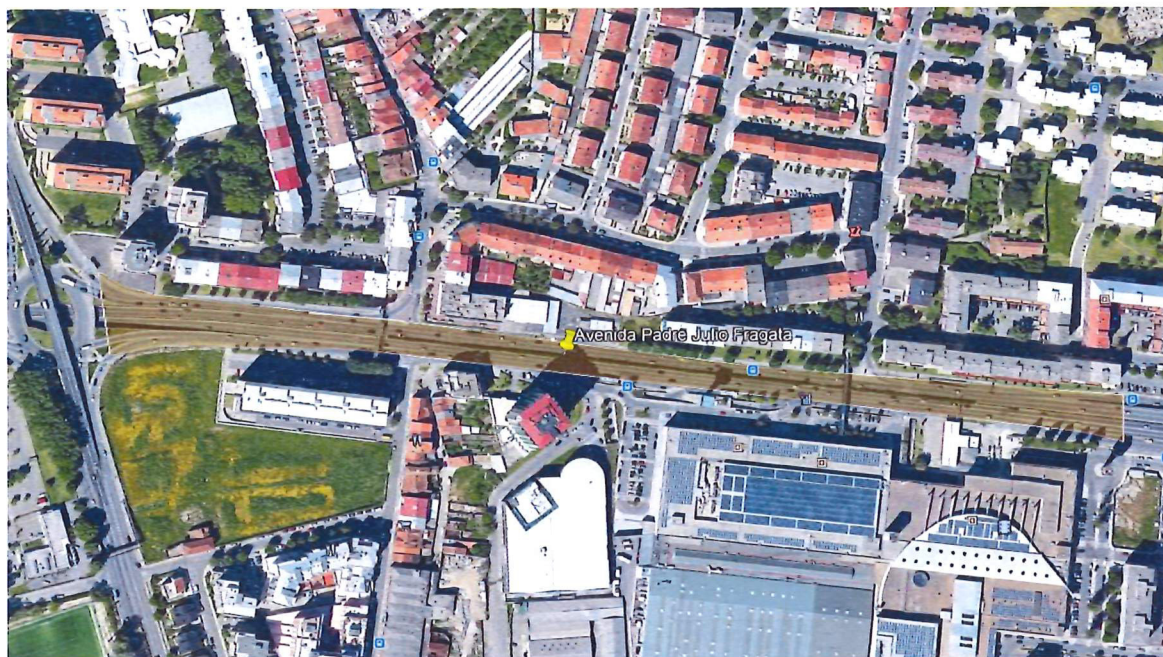


Figura 1 – Avenida Padre Júlio Fragata (base Google-earth)

Face ao atual elevado estado de degradação que pavimento apresenta, que põe em causa os pressupostos enunciados no paragrafo anterior, nomeadamente o critério de segurança, propõe-se efetuar uma série de trabalhos com vista a aumentar significativamente a segurança e conforto da circulação rodoviária, destacando-se:

- a) Fresagem de toda a estrutura betuminosa;
- b) Repavimentação por aplicação de misturas betuminosas em camada de base, ligação e desgaste;
- c) Demolição de separador central composto por vegetação e painéis de rede eletrosoldável;
- d) Reconstrução de separador central por colocação de raíles triplos de proteção;
- e) Reforço da iluminação pública;

I – APROVAÇÃO DA EMPREITADA E DECISÃO DE CONTRATAR

Face ao exposto e tornando-se necessário realizar a empreitada supramencionada, cujo projeto de execução da obra apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara, cujo preço contratual estimado é de **€787.344,14 (setecentos e oitenta e sete mil trezentos e quarenta e quatro euros e catorze cêntimos) (sem IVA)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor e dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização interna das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato pretendido celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa **obter autorização para a referida contratação**, propondo-se ainda o seguinte:

I.I - A não contratação por lotes, apesar do preço contratual estimado ser superior a €500.000,00, uma vez que as prestações a abranger pelo respetivo objeto são técnica e funcionalmente incindíveis.

I.II - Peças do procedimento

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Minuta do anúncio;
- ii. Programa do procedimento;
- iii. Caderno de encargos;
- iv. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*, incluindo o Plano de Faseamento e Sinalização de Obra.

I.III - Aprovação da obra em período noturno, nomeadamente:

Os trabalhos de fresagem, pavimentação, sinalização horizontal e no separador central, os quais serão executados obrigatoriamente entre as 22h00 e as 07h00.

I.IV - Parâmetro base

O parâmetro base compreendido no caderno de encargos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, é o seguinte:

- a) O preço base do procedimento será de **€787.344,14 (setecentos e oitenta e sete mil trezentos e quarenta e quatro euros e catorze cêntimos) (sem IVA)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se



dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

- O preço base foi definido pela entidade adjudicante com suporte em critérios objetivos, nos termos previstos no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente os seguintes: foi tomada em consideração a estimativa orçamental efetuada pelo projetista, estimativa essa que, quando realizada, tomou em consideração dos preços correntes praticados no mercado para cada espécie de trabalho, designadamente através da realização de consultas informais e consultas a bases de dados. Também o dono da obra, em sede de análise e revisão interna ao projeto, confrontou as estimativas orçamentais com informação de preços que estão a ser praticados em procedimentos que envolvem a execução de contratos de natureza e objeto semelhante, com os preços que vêm sendo propostos pelos fornecedores em sede de modificações objetivas aos contratos, bem como com os históricos existentes, mormente em acordos quadros e em resultado de consultas preliminares que têm sido realizadas no âmbito de diferentes procedimentos.

II - Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de 30 dias a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*.

II.I - Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada, anexando-se à presente as declarações subscritas pelos membros propostos de inexistência de impedimento para assumir as funções indicadas, nos termos previstos no artigo 67.º, n.º 5 do Código dos Contratos Públicos:

II.II - Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo: Manuel Dantas.

III - Gestão do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada ao **Sr.º Eng.º Luís Almeida**, a desempenhar funções no Departamento de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

IV - Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

V - Adjudicação da empreitada

A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade:

- a) avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

VI - Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do cabimento n.º 52838 de 14/07/2020.

20 de julho de 2020

Pelos Serviços da DMOSM-DOM,